

caderno

de **NOTÍCIAS**

Jornal da ADUFES - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo . Seção Sindical do Andes . Sindicato Nacional - Vitória . Espírito Santo
Edição número 81 . Agosto - Setembro - Outubro 2010

Eleições 2010: quais as perspectivas para o estado e o país?

Nesta edição do Caderno de Notícias, confira o que os candidatos a governador do ES tem a dizer sobre educação, ciência e tecnologia, modelo de desenvolvimento e segurança pública. Veja também um panorama de cada uma dessas áreas no estado.



Entrevista
Thimóteo Camacho.
Trajectoria política e
acadêmica.

O panorama da educação nas eleições de 2010

A cada dois anos e durante dois meses, o cidadão brasileiro recebe em sua residência o horário eleitoral gratuito. Neste ano, estamos presenciando um verdadeiro show, onde acontece de tudo, desde candidatos engraçados a candidatos sérios, de analfabetos a pós-graduados. Entretanto, todos têm uma coisa comum: prometem solução para todos os problemas e crises do nosso estado e do nosso país. Alguns acham que só a citação de palavras-chaves, como saúde, educação, segurança, já é suficiente para conquistar a simpatia dos eleitores.

Certos candidatos já exerceram algum mandato político antes e agora repetem a mesma propaganda. Prometem tirar o estado ou o país da crise fazendo as mesmas coisas que não estão dando certo. Como acreditar? Quem fará o melhor para o nosso estado e nosso país? E na área da educação? Quem fará o melhor? Como está a situação atual e que rumos deve tomar?

Entre os anos de 1998 e 2008, a expansão das universidades privadas e o ProUni provocaram um aumento no número de alunos do ensino superior, passando de 6,9% para 13,9%. Alguns especialistas consideram esse aumento muito lento.

Em 2008, do total de alunos matriculados no ensino médio, 50,6% estavam na série adequada à sua faixa etária. Nos países desenvolvidos, a taxa é superior a 90%. Uma projeção do IBGE diz que chegaremos a 70,8% em 2018.

O percentual de jovens de 18 a 24 anos, com pelo menos 11 anos de estudo, passou de

18,1%, em 1998, para 36,8%, em 2008. Ainda nesse ano, 45,3% dos jovens com mais de 15 anos tinham menos de oito anos de escolaridade e 21% tinham menos de quatro anos de estudo.

Com relação à divisão dos alunos por rede de ensino, o levantamento do Programa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2009, do IBGE, mostra que 78,1% do total de 55,2 milhões de estudantes estavam na rede pública. Essa maioria se mantém até o ensino médio, mas muda no ensino superior. Nesse nível de ensino, a rede privada atende a maior parte dos estudantes, 76,6%.

Ainda que esses números sejam satisfatórios para um país em desenvolvimento, temos que considerar a questão da qualidade na formação dos alunos. O próprio Ministério da Educação (MEC), com seus instrumentos de avaliação, mostra que o ensino ministrado para a maioria dos estudantes continua longe de apresentar resultados minimamente aceitáveis.

Um quinto dos alunos que terminam o ensino médio no Brasil não sabe, em matemática, nem o que se espera para um estudante do 5º ano (ou 4ª série) do fundamental. Apenas 11% têm conhecimento adequado para esse nível de ensino na disciplina. No caso dos estudantes com conhecimento abaixo do 5º ano, isso significa que fazem apenas operações básicas como soma e divisão.

E como está a educação no nosso estado? Não é muito diferente do quadro nacional. Temos um número excessivo de alunos por sala, professores mal preparados, mal pagos e

desmotivados. Muitos alunos que ainda valorizam mais o diploma do que o aprender, que fazem o mínimo para ser aprovados. A infra-estrutura costuma ser inadequada. Salas barulhentas, violência dentro e fora da escola, pouco material escolar avançado, tecnologias pouco acessíveis à maioria. Algumas escolas estão equipadas com computadores, laboratórios de ciências, mas muitos professores não sabem ou não querem usar estes instrumentos e, o pior, não são incentivados.

A educação de qualidade deve ser o nosso maior desafio. Não é possível obter sucesso nessa caminhada sem considerar todos os elementos, professores, alunos, família, escola, ministério e secretarias de educação. O ensino e a aprendizagem devem acontecer num ambiente adequado e o aluno e o professor são os elementos fundamentais. O primeiro deve estar interessado, motivado e capacitado para aprender; e o segundo, interessado, motivado e capacitado para ensinar.

É nesse contexto que a nossa responsabilidade como cidadãos eleitores fica ainda maior. O que temos feito e o que podemos fazer?

O Andes-SN e a Adufes, nos seus grupos de trabalho de Política Educacional, tem discutido todos os temas ligados à educação. Infelizmente, a conclusão a que chegamos é de que essa grave crise no ensino não está acontecendo por acaso, mas é consequência de políticas equivocadas que privilegiam o capital e retiram do Estado a sua responsabilidade constitucional com a educação.

Para mudar esse quadro, além de fazer uma escolha consciente dos candidatos, precisamos continuar na luta em defesa dos princípios que garantam uma educação pública e de qualidade.

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.
ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.ES
CEP 29060-900

Telefone: 27. 3335.2717
Telefax: 27. 3227.3908
www.adufes.org.br
adufes@adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente

Donato de Oliveira
vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral

Temístocles de Souza Luz
1º tesoureiro

Ricardo Roberto Behr
secretário geral

Mariane Lima de Souza
1ª secretária

Valter Pires Siqueira
1ª suplente

Edinete Maria Rosa
2ª suplente

Dulcinéa Sarmiento Rosemberg
3ª suplente

Bernardete Gomes Mian
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:
Giselle Pereira (Mtb 2644)
Luciana Silvestre (Mtb 2210)

Estagiário de Design
Gustavo Binda

Tiragem: 2.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA

adufes

Especial ▶

Modelo de desenvolvimento para o Espírito Santo prioriza grandes projetos em detrimento da área social

Plano 2025 projeta futuro do estado, mas impactos sócio-ambientais são pouco considerados

O grande crescimento do Espírito Santo tem sido bastante divulgado pelo governo do Estado. Além de atrair grandes empresas, a descoberta da camada do pré-sal tem aberto novas possibilidades de investimentos. Entretanto, esse modelo desenvolvimentista baseado no Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, que destaca a idéia de um terceiro ciclo da economia capixaba, prioriza os grandes projetos em detrimento da área social e ambiental. Dados do IBGE revelam, por exemplo, que mais de 78% da população em idade ativa no estado recebe uma remuneração mensal entre zero e dois salários mínimos.

Segundo o economista capixaba Helder Gomes, a opção do governo tem sido de investir em projetos infra-estruturais, flexibilizando a política de controle ambiental para atrair grandes investimentos externos, e garantindo um sistema de tributação e de incentivos fiscais favorável à governabilidade local. "A proposta do ES 2025 é construir relações de parcerias

público-privadas para garantir as condições infra-estruturais necessárias à atração de investimentos externos de grande porte, reproduzindo a proposta tradicional da redenção externa do desenvolvimento regional", explicou Helder.

A instalação de grandes projetos industriais exige liberação de terra e exploração de recursos hídricos, agravando os problemas ambientais e concentrando a estrutura fundiária do estado. "As empresas retiram recursos naturais e depois partem para outras regiões, enquanto os problemas sociais e o desemprego permanecem no local", afirmou o integrante do Grupo de Trabalho (GT) de Meio Ambiente e Política Agrária da Adufes, Paulo Scarim. O impacto dos grandes projetos pode ser percebido, por exemplo, na construção da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSN), da Vale, em Anchieta, que tem reduzido a vazão média do rio Beneventes em 50%, conforme documento da ONG Gama (Grupo de Apoio ao Meio Ambiente).



Foto: pratoslimpos.org.br
Plano 2025 prevê aumento de até 200% no plantio de eucalipto no estado.

Recursos do Pré-sal precisam ser investidos na área social. Atualmente, a Petrobrás produz cerca de 140 mil barris de petróleo por dia no ES e a previsão é de que esse número chegue a 500 mil a partir de 2015. No entanto, o uso dos royalties de petróleo pelos municípios onde estão os campos produtores precisa ser revisto para que haja um real aproveitamento desses recursos em prol da população. "Existe um projeto de lei de iniciativa popular que determina quais as áreas de investimento para os recursos dos royalties, entre elas,

a saúde, educação, moradia e reforma agrária", afirmou a diretora do Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo, Éster Bárbara da Silva. Ela ainda reiterou que, atualmente, muitos municípios que possuem extração de petróleo continuam com baixos índices de desenvolvimento social, como é o caso de São Mateus, onde está localizado um poço de petróleo com produção de 14 mil barris por dia, mas possui o índice de 7º município capixaba em número absoluto de pobres, de acordo com o Mapa de Pobreza e desigualdade do IBGE em 2003.

Opinião dos candidatos ▶

O modelo de desenvolvimento adotado pelo ES baseia-se no Plano 2025, que estabelece as áreas estratégicas para investimentos no estado. Entretanto, muitos são os impactos sócio-ambientais causados por esse modelo. O (a) senhor (a) manteria as estratégias previstas no Plano 2025? Quais são as áreas estratégicas para o desenvolvimento do ES?



Brice Bragato - PSOL

O plano será revisto principalmente no que tange à renúncia fiscal e ao licenciamento ambiental. As áreas estratégicas são o fortalecimento da agricultura familiar, capacitação técnica e linhas de financiamento adequadas à realidade deste setor. Uma política fundiária para democratizar o campo com identificação de todas as terras públicas e a sua extensão, priorizando áreas em que há conflito agrário, constituindo um cadastro de terras públicas. Incentivar a criação de cooperativas de prestação de serviços, como forma de organizar os pequenos prestadores, e qualificaremos o trabalhador oferecendo cursos e especializações. Modificar o critério de implantação de grandes projetos desenvolvimentistas do ES.



Gilberto Caregnato - PRPB

Nosso modelo de desenvolvimento para o ES a partir de 2011 será voltado para a modernização da gestão pública como vistas especificamente à implantação de um Instituto que trace um projeto de gestão integrante de todos os órgãos da Administração Pública a fim de que cada projeto e ação governamental tenham seu estudo de impacto ambiental, social e econômico, para sabermos quais os potenciais das regiões e que tipo de infraestrutura deve receber cada região para promover um desenvolvimento local inclusivo. Como área estratégia do desenvolvimento, devemos fortalecer a produção de energia (elétrica, eólica, biodiesel, petróleo e gás) para não ficarmos à mercê dos estados produtores de energia.



Luiz Paulo - PSDB

Fui um dos consultores do Plano 2025, que possui uma visão de longo prazo e foi elaborado com a participação de vários setores da sociedade capixaba. Eu penso que a siderurgia, a indústria do petróleo e as obras de infraestrutura vão liderar o desenvolvimento do ES, mas acho absolutamente fundamental que esses investimentos sejam feitos em harmonia com o meio ambiente e em sintonia com a infraestrutura urbana, para que não gere os males da industrialização sem planejamento. A industrialização é bem-vinda, desde que com planejamento e utilizando mão-de-obra local. Por isso, dois pontos devem ser trabalhados: a qualificação de nosso trabalhador; e a desobstrução dos gargalos causados pela infraestrutura portuária, aeroportuária e rodoviária.



Renato Casagrande - PSB

A presença dos segmentos mencionados foi determinada por condições de oferta de recursos naturais, localização junto ao mar e inovações no mercado mundial. Pouco ou nada têm a ver com políticas governamentais. Essa foi a lógica prevalecente em nosso Estado. As diretrizes do Plano 2025 enfatizam necessidades de investimentos em infra-estrutura, 'desenvolvimento do capital humano' e 'consolidação de um setor de Ciência, Tecnologia e Inovação'. São tais investimentos que vamos fortalecer, isto é, uma contribuição à inovação nos negócios existentes ou melhoria das condições de atração, introduzindo um novo modelo, mais diversificado, menos consumidor de recursos naturais e mais intensivo na geração de valor agregado.

Os rumos da Ciência e Tecnologia no Espírito Santo

Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia estrutura o setor, mas é preciso melhorar a distribuição dos recursos

A estruturação da área de Ciência e Tecnologia no ES é recente. A Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT) e a Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Fapes), responsável pela operacionalização de recursos, foram criadas apenas em 2004, quando o Estado passou a incentivar diretamente políticas de desenvolvimento na área.

Os recursos geridos pela Fapes, que provêm de 0,5% do ICMS líquido destinado ao Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Funcitec), têm sido investidos em projetos, programas, bolsas para formação de recursos humanos e auxílios à pesquisa, totalizando cerca de R\$ 25 milhões no ano de 2009. De acordo com o diretor presidente da Fapes, Aureliano Nogueira, o ES tem passado por uma grande virada. “Se observarmos os indicadores na área de Ciência e Tecnologia, será visto que não são compatíveis com estágio de desenvolvimento da região sudeste. Mas estamos transformando o problema em novas oportunidades”, afirmou.

A avaliação de que o ES tem tido avanços na área de Ciência e Tecnologia também é partilhada pelo integrante da Pró-reitoria

de Pesquisa e Pós-graduação da Ufes, José Geraldo Mill. Ele afirmou que, considerando a inexistência de políticas estaduais para a área em anos anteriores, houve um crescimento, embora sejam necessárias outras medidas. “O ES foi um dos últimos estados a criar uma fundação de amparo à pesquisa, que era uma reivindicação antiga da comunidade científica. Para quem não tinha nada, ter um sistema estadual de Ciência e Tecnologia e dinheiro para o programa é um avanço”, disse Mill.

Recursos precisam ter melhor distribuição. Ainda que haja pontos positivos na área, é preciso melhorar muito a distribuição dos recursos. A Fapes alocou 36% de seu orçamento, em 2008, apenas para o Programa Nossa Bolsa, que compra vagas em faculdades privadas estaduais para estudantes oriundos de escolas públicas. Essa quantia representa 50% dos recursos destinados para bolsas pelo órgão. “Os recursos que estão movimentando o Nossa Bolsa não podem competir com os recursos que, por lei, estão alocados na área de Ciência e Tecnologia”, afirmou o professor Mill. Ele também disse que esse programa poderia estar vinculado à área de educação, a



Foto: sospresal.com.br
Pré-sal gera riquezas para o estado, mas recursos precisam ser melhor distribuídos.

exemplo do Prouni, que é vinculado ao MEC.

Outro segmento que deveria receber mais recursos são os chamados Editais Universais, que são lançados somente a cada dois anos. “Nos editais universais, o pesquisador tem mais liberdade de apresentar propostas e esse é o diferencial da produção de conhecimento nas universidades”, afirmou Mill.

Atualmente, os editais lançados já são direcionados para determinadas áreas de conhecimento, de acordo com as áreas estratégicas do Plano 2025. “As prioridades são estabelecidas a partir do que o ES é referência e que estão previstas no planejamento estratégico do ES 2025, que pontua

os segmentos na área portuária, de serviços, logística e produtos”, explicou Aureliano Nogueira.

Ciência e Tecnologia para quê e para quem? A área de Ciência e Tecnologia é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade, pois se relaciona diretamente à questões sociais e qualidade de vida. No entanto, a prioridade de investimentos nessa área no estado demonstra que essa não é a principal preocupação. “O crescimento econômico do ES já é realidade, mas ainda não há políticas fortes que garantam a sustentabilidade dessa situação”, disse o integrante do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia da Adufes, Temístocles Luz.

Opinião dos candidatos

Quais ações serão desenvolvidas na área de Ciência e Tecnologia no ES?



Brice Bragato - PSOL

Definir políticas e desenvolver projetos de Ciência & Tecnologia (C&T) voltados para os interesses locais, regionais, nacionais e para a melhoria da qualidade de vida da população, valorizando e respeitando as características e necessidades regionais e identitárias. A interiorização do conhecimento através das Escolas profissionalizante de Ensino médio e da Universidade Pública Estadual do Espírito Santo será fundamental para a geração de Ciência e Tecnologia específicas. O reconhecimento das ciências no valor da cultura como elemento de preservação das comunidades e da tecnologia como facilitadora do trabalho serão estratégica para manutenção e crescimento ordenado das cidades do interior do ES.



Gilberto Caregnato - PRTB

Promover a participação de alunos de graduação, pós-graduação, mestres e doutores sem vínculo empregatício em atividade junto a empresas, órgãos e entidades públicos para contribuir na agregação de tecnologia do setor produtivo e público; Criar centros tecnológicos regionais com a implantação de incubadoras empresariais, onde a empresa poderá se instalar por um período de dois anos, a fim de desenvolver regiões com menos dinamismo sócio-econômico e agregar à vocação da região no desenvolvimento municipal, proporcionando às empresas oportunidades de vender seus produtos; Formar parcerias financeiras com os municípios sedes de universidades e IES possuidores de acervo tecnológico para viabilizar a divulgação de conhecimento nas várias áreas de interesse público e privado.



Luiz Paulo - PSDB

Penso que ampliar a produção científica e tecnológica capixaba e criar um ambiente estadual de inovação são metas fundamentais que nos auxiliarão na solução dos desafios da mobilidade urbana, do meio ambiente, da agenda social, e dos setores industriais, agrícolas, de comércio, serviços, entre outros. Vou estimular a integração entre o ensino superior e o ensino médio profissionalizante para a difusão de novos conhecimentos, novas técnicas e novas tecnologias, e a sua apropriação mais imediata e qualificada por parte de nossos estudantes. Como Governador, pretendo criar políticas que estimulem a articulação entre grandes e pequenas empresas e instituições de ensino e pesquisa, para a construção de um sistema estadual de inovação.



Renato Casagrande - PSB

Esta área de política setorial ganhará mais importância em nosso período de governo. Não pensamos que seja o caso de criar novas linhas de atuação, mas de intensificar e ampliar os programas existentes: apoio à formação de mestres e doutores, à pesquisa, à iniciação científica, à divulgação científica e tecnológica e às empresas para o desenvolvimento de novos produtos. Vamos analisar a possibilidade de criar novos instrumentos promotores da inovação durante o debate que faremos do Projeto de Lei Estadual de Inovação. A formulação e implementação das boas políticas governamentais, nesta área, dependem muito da participação de toda a comunidade científica e de inovação. Portanto, contaremos, se eleitos, com a participação de todos na formulação da nossa política de C,T&I.

Especial ▶

Mercantilização do ensino marca educação pública no ES

Privatização no ensino básico e superior foi aprofundada no governo de Paulo Hartung

A educação pública no ES passa por um processo de mercantilização e privatização. Enquanto o ensino básico estadual, responsável por 86,7% dos estudantes matriculados em 2009, é cada vez mais sucateado, os investimentos em ensino superior são restritos ao financiamento de bolsas em faculdades privadas. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), havia 88 instituições de ensino superior no ES em 2008, sendo 84 privadas.

De acordo com o diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes), Swami Bérnago, a principal marca do governo de Paulo Hartung foi a implantação de uma perspectiva neoliberal e mercadológica para a educação. “A transferência de recursos públicos para o setor privado ocorreu de diversas maneiras, sendo a educação um importante instrumento para efetivar esse processo”, afirmou Swami. Ele ainda disse que a terceirização da merenda escolar e dos trabalhadores da limpeza nas escolas; os gastos com propaganda e marketing da Secretaria Estadual de Educação (Sedu) e o incentivo parcial à compra de

computadores para os professores são exemplos dessa postura.

Nossa Bolsa ao invés de Universidade Pública Estadual. A única iniciativa estadual em prol do ensino superior, de acordo com a Sedu, é o Programa Nossa Bolsa, que é gerenciado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECT). Apenas neste ano, foram investidos 20 milhões no programa, que formou 5 mil alunos, em 120 cursos distribuídos em 72 municípios capixabas. De acordo com o diretor presidente da Fapes, Aureliano Nogueira, o Nossa Bolsa funciona como universidade estadual virtual. “O programa cumpre exatamente o papel da universidade estadual, mas não tem a infra-estrutura”, explicou Aureliano.

Para o presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), Vanderson Leite, a democratização do ensino superior não se dá pelo acesso pleno ao sistema universitário, mas sim aos cursos superiores de nível mais técnico e de duração mais curta. “Devemos investir na formação de mão-de-obra para as empresas que irão se instalar futuramente no estado”, afirmou o deputado estadual, mencionando a perspectiva da comissão de educação da ALES.



Foto: Governo do Estado
Nossa Bolsa é a única medida do governo estadual para o ensino superior.

Universalização deve ser orientada pelo ensino público.

A universalização do ensino superior depende da participação de todas as instâncias da federação. Na visão do integrante do DCE da Ufes, Raphael Sodré, o ES não possui uma política para o ensino superior, pois delega a responsabilidade ao governo federal. “O estado precisa de uma universidade estadual que descentralize a educação, priorizando campi nos municípios, e possibilite uma formação social”, defendeu. Ele também afirmou que a democratização do acesso ao ensino superior é a máscara do Nosso Bolsa, sendo que a essência do programa é a sustentação das faculdades privadas.

A política do Nossa Bolsa também impõe aos estudantes uma série de problemas inerentes às instituições privadas de ensino. “A ausência, em geral, da pesquisa e da extensão, a falta de uma política de assistência estudantil, e, o mais grave, a qualidade do ensino prejudicam a formação dos estudantes”, afirmou o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto. Conforme levantamento feito pelo MEC em 2009, cerca de 400 instituições de ensino superior vinculadas ao Prouni obtiveram notas insatisfatórias na avaliação, representando 31% do total. “Guardadas as devidas proporções, a situação não deve ser muito diferente no caso do Nossa Bolsa”, reiterou Rocha.

Opinião dos candidatos ▶

Quais ações serão desenvolvidas na área de educação, tanto no âmbito do ensino básico quanto superior? Qual sua opinião sobre a criação de uma universidade pública estadual?



Brice Bragato - PSOL

Universalizar, progressivamente, o ensino médio gratuito. Implementar, em todas as instâncias, formas democráticas de gestão com participação paritária de governo, usuários e trabalhadores; Rever o plano de carreira do estado em todos os níveis e modalidades; Fim da terceirização da merenda e cumprimento do Plano de Aquisição de Alimentos.

Criação da Universidade Pública Estadual do Espírito Santo (UPEES), assegurando recursos para o aproveitamento da capacidade física a ser instalada para o ensino, pesquisa e extensão; e a sua relação de produção, difusão e apropriação do conhecimento para o estado em geral e comunidades específicas. A estrutura física descentralizada da UPEES será fundamental para gerar conhecimento e pesquisa específica para cada micro região.



Gilberto Caregnato - PRTB

Implantaremos ações que façam com que a escola chegue às comunidades para proporcionar integração com a sociedade e transformar o indivíduo passivo em um

cidadão crítico e conhecedor da política que o cerca. A universidade é o berço do conhecimento profundo da sociedade, cria conhecimento, tecnologia e processos de inovações das empresas e entidades públicas. Por isso, uma universidade pública estadual tem melhores condições de filtrar os objetivos e desafios do Estado e mostrar soluções para os problemas. Vamos buscar soluções viáveis para a criação da universidade estadual, através de um projeto em que participem o corpo docente das atuais universidades federais e particulares do ES, movendo esforços para descobrir sua melhor localização.



Luiz Paulo - PSDB

A palavra chave para a Educação é a Universalização. Temos que universalizar o acesso, da pré - escola ao ensino médio profissionalizante, com o auxílio do Estado nessa tarefa custeando os municípios com menor renda per capita. Além disso, o fortalecimento do ensino médio profissionalizante, ampliando o programa de bolsa de formação profissional. No terceiro grau, consolidar e ampliar vagas gratuitas, ou subsidiadas, na Universidade para os estudantes oriundos do ensino público. É uma ideia bastante interessante a criação de universidade pública estadual, contanto que não siga o modelo atual das universidades federais estatais, que não universalizam o acesso para todos os cidadãos, senão não teriam surgido tantas faculdades particulares.



Renato Casagrande - PSB

No ensino fundamental a prioridade é a melhoria da qualidade. O governo exercerá seu papel regulador, contribuirá com recursos financeiros e capacitação de professores. A responsabilidade de regulação inclui o setor privado que será convidado a promover saltos nos índices de qualidade. No ensino médio vamos ampliar a presença do jovem na escola e ofertar ensino profissional. No nível superior, vamos apoiar a ampliação da UFES e do IFES e iniciar o investimento de implantação de um Centro Estadual de Ensino Superior. A construção de uma Universidade é um projeto de médio prazo, portanto, é um compromisso para mais de um governo.

Segurança Pública no ES precisa de políticas sociais integradas

Descaso com a segurança pública e direitos humanos levaram o estado à Conferência de Direitos Humanos da ONU

Uma das grandes problemáticas dos centros urbanos brasileiros têm sido a violência, que pode ser exercida na forma física, psicológica, cultural, política e patrimonial. Atualmente, o Espírito Santo é conhecido como um dos estados com maior índice de violência física, retrato de um contexto social excludente e de políticas sociais inoperantes. As cidades capixabas de Linhares e Serra, por exemplo, estão na lista das dez cidades do país onde os jovens estão mais vulneráveis à violência, segundo pesquisa de 2009 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Ministério da Justiça.

Neste ano, o estado se tornou assunto da mídia internacional devido a denúncias de torturas, inclusive de adolescentes na Unidade de Internação de Adolescentes de Cariacica (UNIS); execuções sumárias de presos; perseguições aos representantes de movimentos sociais; e superlotação de presídios, que contam com cerca de 13 mil detentos. Essa situação marcada pela ausência de garantia dos direitos humanos por parte do Estado foi apresentada, em março, ao Conselho de Direitos Humanos na ONU, cuja sessão foi realizada em Genebra.

De acordo com o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Bruno Alves de Souza, é preciso entender o contexto histórico do país e do estado. “O ES é culturalmente elitista, racista e machista, que prima por um desenvolvimento econômico em detrimento do social”, explicou Bruno. Dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SESP) do ES revelaram que, entre março de 2009 e fevereiro de 2010, dos 787 jovens entre 15 e 29 anos, do sexo masculino, que sofreram homicídio no ES, 652 (83%) foram identificados como negros e pardos.

ES lidera ranking de mulheres assassinadas. Outro índice de violência que vem aumentando significativamente é contra a mulher. Segundo a representante do Fórum de Mulheres do Espírito Santo, Edna Maria Calabrez Martins, o número de mulheres vítimas de agressão físicas é o maior índice de todo o país, mesmo com a criação da Lei Maria da Penha. “O Estado ainda encara a problemática dos atos de violência física cometidos contra mulheres como um caso privado, porém os dados demonstram que essa questão também perpassa pelas ações de políticas de Segurança Pública”, explicou Edna.



Presídios superlotados e violação de direitos humanos retratam segurança pública no estado.

Conforme dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2009, foram registrados mais de 2 mil boletins de ocorrência na delegacia da mulher de Vitória e mais de 4 mil na de Vila Velha.

Políticas sociais integradas contra o extermínio da juventude. Diante das problemáticas de violência social e, sobretudo juvenil, a professora do curso de Serviço Social da Ufes, Vanda Valadão, destacou a necessidade de se discutir medidas alternativas e preventivas, incentivando o protagonismo social. “A segurança pública somente poderá ser entendida como direito humano

fundamental quando os fenômenos da violência não forem simplificados e políticas sociais forem integradas entre diversas secretarias e movimentos sociais, proporcionando ao jovem de periferia uma participação ativa no processo de construção de seu espaço”, defendeu Vanda.

“O próximo governador deve tomar posse dos textos base das conferências sobre segurança pública que aconteceram em todo país, um documento rico que sugere mudança de paradigmas e propõe ações de gestão integrada e mais participativa”, opinou Vanda Valadão.

◀ Opinião dos candidatos

Quais as principais medidas que serão adotadas na área de segurança pública?



Brice Bragato - PSOL

Construção do Sistema Único de Segurança Pública no Estado, para superar a dualidade histórica do setor e o distanciamento entre Polícia Civil e Polícia Militar. Valorização e qualificação do policiamento preventivo e ostensivo centrado no trabalho de polícia comunitária, orientado para a proteção dos direitos humanos, assegurada a ampla participação e o controle popular sobre a ação policial. Aparelhamento e qualificação técnica-científica da polícia civil. Reforma radical dos órgãos periciais, com garantia de sua autonomia, atualização técnica permanente dos funcionários, valorização profissional, equipamentos modernos e adequados, com manutenção de convênios com institutos de pesquisa.



Gilberto Caregnato - PRTB

Educação preventiva e a reeducação na fase de liberdade com sursis ou condicionada. Para isso, vamos fortalecer a educação pública para disponibilizar aos alunos, como matéria obrigatória, o que é cidadania, democracia participativa e atividades estatais em sentido lato. O efetivo policial deve ser aumentado, contudo, precisamos rever o regulamento interno da polícia militar para que seja interativa, onde o policial possa colaborar com os projetos e ações governamentais. Também implantaremos tornozeleiras eletrônicas, com vigilância 24 horas ao preso que tenha direito a esse benefício, haja vista que esse equipamento tem o condão de integrar o preso ao convívio social e principalmente evita os gastos altíssimos por ano com o custo cada presidiário na cadeia.



Luiz Paulo - PSDB

O problema da segurança pública é o maior obstáculo para o desenvolvimento econômico do Estado e para a qualidade de vida do capixaba, e por isso vou assumir pessoalmente a coordenação das instituições que cuidam do setor: Judiciário, Ministério Público, polícias, sistema prisional e prefeituras. O ES é a quinta economia do país e o segundo pior em segurança pública. Os índices de criminalidade são muito altos, a resolutividade dos inquéritos é baixa e os presídios estão lotados. Além de aumentar o efetivo da polícia militar, criei Centrais de Penas Alternativas para acelerar os processos e evitar que se misturem presos de baixo de delito com criminosos perigosos. Minha meta é colocar o ES entre os três melhores do Brasil em quatro anos nesses indicadores.



Renato Casagrande - PSB

Há vários projetos que serão desenvolvidos pelas Secretarias com vistas à mitigação das causas da aliciação para a criminalidade: capacitação de jovens para o mercado de trabalho, serviços de saúde para usuários de drogas, defesa dos direitos humanos de minorias e da mulher, urbanização e incentivos às práticas esportivas, dentre outros. Também prevemos investimentos em pesquisa para melhor compreensão do fenômeno da violência. No que se refere à repressão, investiremos em novas tecnologias de gestão, monitoramento de áreas críticas, apoio aos procedimentos de inteligência, melhoria das condições da polícia técnica, além de valorização dos servidores. Para o gerenciamento deste plano vamos instalar um Fórum próprio, presidido pelo Governador.

Entrevista ▶

Thimóteo Camacho. Trajetória política em defesa da universidade pública e dos trabalhadores

Professor recém-aposentado do Departamento de Ciências Sociais da Ufes, Thimóteo Camacho é reconhecido por sua coerência política como intelectual e militante de esquerda. Na entrevista concedida ao Caderno de Notícias, Thimóteo faz um resgate de sua trajetória política e acadêmica, além de externar sua opinião sobre o sindicalismo e os rumos da universidade.



Thimóteo Camacho em 1968: "Na minha época, a política estava no sangue".

▶ Caderno de Notícias - Que aspectos da infância e juventude contribuíram para suas escolhas políticas e profissionais?

Thimóteo Camacho- Minha infância foi no interior do RS, numa cidade chamada Livramento, na fronteira com o Uruguai, fato que me marcou muito, pois me proporcionou essa dimensão latino-americana, bolivariana, que tenho hoje. Eu entendia aquela fronteira não como uma separação, mas como uma união dos dois países.

Além disso, eu tenho uma origem operária. Meu pai, embora fosse filho de pequenos fazendeiros no Uruguai, saiu cedo de casa e foi trabalhar como lenhador, açougueiro e guarda noturno. Como somos em oito irmãos, todos trabalhávamos e eu, desde os 11 anos, carregava marmita, fui leiteiro e também balconista. A família teve como marca a perspectiva de classe em si, a consciência da exploração e a idéia de justiça social, mas de uma maneira muito vaga ainda.

Também tive uma infância religiosa, pois fui preparado para ser sacerdote da igreja anglicana, freqüentando o seminário no RS, o que me trouxe uma pré-consciência operária vinculada com a idéia de uma transformação social, do Cristo que era o deus da justiça. Porém, fiquei incomodado com a hierarquia da igreja, que era muito conservadora, e quando terminei o curso de Teologia, não optei pelo sacerdócio.

▶ CN- Quais os principais aprendizados da graduação em Ciências Sociais na USP tendo em vista que foi durante o regime militar?

TC- Entrei na USP em 1967, depois do golpe, mas os anos de chumbo ainda não haviam começado. O curso de Ciências Sociais era muito procurado pelos militantes de esquerda, funcio-

nando como uma formação política e intelectual. Tive professores como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso - que depois traiu toda essa tradição intelectual -, e Marilena Chauí.

Dessa maneira, sedimentou-se minha perspectiva político-ideológica. Ao fazer um curso dessa dimensão e passando pelo processo de enfrentamento com a repressão, eu vivi o ano 68 no Maria Antônia. Participei da guerra do Mackenzie, que era o centro da direita, em frente à Faculdade de Filosofia da USP, que representava a esquerda. Nós fomos despejados pela repressão e a polícia da ditadura ficou do lado do Mackenzie, defendendo a propriedade privada contra a escola pública. Foi quando comecei uma militância clandestina num grupo político chamado Polop (Política Operária), que era dissidência do Partido Comunista. No entanto, essa militância não era na universidade, mas era no movimento operário, dando cursos de formação política e de marxismo. Em função disso, tive que assumir uma identidade falsa, outro nome. Depois fui preso, passei pelo processo de DOI-COD, DOPS e Tiradentes.

Na USP foi o período em que se formou a minha consciência. Se meu coração é gaúcho, minha cabeça é paulista, é uspiana. Toda minha formação se deu aí, onde se sedimentou minha postura política, ideológica, dentro da concepção socialista.

▶ CN- Como foi sua trajetória política no movimento docente?

TC- Eu passei a atuar no movimento docente nos anos 80, quando fui trabalhar na PUC e me associei à PRO-PUC, que era nossa associação. Trabalhei lá por 10 anos e sempre com uma atuação muito efetiva, participando das greves, enfrentamentos, na defesa da categoria de professor.

Depois vim pra Ufes em 1991 e continuei a participar na Adufes, que entendo como uma continuidade do fato de ser professor, pois é o nosso espaço, da mesma forma que o DCE é dos estudantes e Sintufes é dos servidores da Ufes. Essa questão sempre foi muito central para mim, pois é preciso atuar, por mais difícil que seja, em uma perspectiva de enfrentamento de acordo com sua categoria, numa dimensão de classe.

A luta sindical é também uma di-

mensão de continuidade da própria postura teórica, política e ideológica. Vejo a participação sindical como algo totalmente diferente da participação acadêmica, no departamento, no centro e outros órgãos colegiados, que são espaços de deliberação acadêmica. É no sindicato você encontra o espaço de atuação sindical e ideológica.

▶ CN- Quais as principais mudanças que ocorreram na universidade entre os anos 70 e os dias atuais?

TC- A principal mudança é no movimento estudantil. Ser estudante nos anos 70, numa universidade pública, era ter uma postura militante. Os estudantes tinham uma posição muito de vanguarda, já nos anos 60, antes do golpe, na música, no teatro, no cinema. Tanto o movimento estudantil, de artistas e de operários tinha uma efervescência. Havia o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE como expressão viva de uma atividade política revolucionária, de defesa dos interesses nacionais, da escola pública. O movimento estudantil tinha uma atuação muito forte em relação aos operários e camponeses. No entanto, o golpe destruiu isso, foi uma contra-revolução.

Hoje o movimento estudantil assume outra característica, mas não posso achar que ontem era melhor que hoje. Hoje é diferente, as bandeiras são outras. Na nossa época, a política estava no sangue e as pessoas perguntavam a que grupo de esquerda você pertencia, não tinha isso de ser de esquerda ou direita.

No que diz respeito à própria universidade, também houve mudanças. Na minha época, o paradigma era revolucionário, mesmo com a repressão e o golpe. Passamos por algumas trans-

formações e hoje a universidade vive a chamada crise de paradigmas. Para mim, o que pode estar em crise é um paradigma, se não fica um pensamento único, o neoliberalismo. Hoje há uma tentativa de desestruturação da forma de pensar, o que é um convite à despolitização, que recai sobre o movimento estudantil e docente e se abate sobre os movimentos sociais.

Mas tem havido saídas na América Latina. No Brasil, com o MST. Na Argentina, com os piqueteros. Na Venezuela, pela articulação de Hugo Chávez. Estão sendo apresentadas saídas possíveis, mas a universidade está, como esteve, fora da discussão. Ainda que seja um espaço de formação fundamental, a universidade nem sempre dá retorno à sociedade.

▶ CN-Quais suas perspectivas, planos e projetos para essa nova fase da vida, a aposentadoria?

TC- Estou começando a pensar nisso agora, pois me aposentei à revelia, aos 70 anos, pela aposentadoria que chamo de "expulsatória", a compulsória. Eu gostaria mesmo era de continuar. Mas agora tenho tempo liberado e posso realizar leituras acumuladas de 10 anos, o que me dá uma alegria muito grande e é um hábito que não quero abandonar. Por outro lado, quando começo a fazer resenhas da leitura, imediatamente vem a frustração, porque seria justamente a hora de dar aula, de discutir com os alunos, o que não ocorre mais. É uma situação contraditória. Tenho muitos livros que estão precisando de cuidados, por isso quero aprender a encaderná-los. Além disso, como gosto muito de cinema, gostaria de fazer uma publicação de filmes que valem a pena ser divulgados.



A carreira acadêmica de Thimóteo foi marcada pelo envolvimento com os movimentos sociais.

Mudanças na comunicação da Adufes

Neste complexo mundo tecnológico repleto de infovias, somos bombardeados a cada segundo por um número incalculável de informações, que partem de jornais, rádios, televisão, outdoors, panfletos, cartazes. Essa massificação da informação nos dá a falsa impressão de que somos suficientemente subsidiados para formar nossa opinião. Ledo engano, pois as informações que nos chegam são, na maioria das vezes, carregadas de valores que nem sempre condizem com a realidade que vivemos, sobretudo no que se refere à luta dos trabalhadores.

Diante desse cenário, é que a Adufes está reestruturando sua política de comunicação, com o objetivo de disponibilizar informações que possibilitem uma reflexão e avaliação sobre temas que são fundamentais, como a Ufes, a educação pública e a sociedade. Por meio de um sistema de comunicação que valoriza a participação da base, a Adufes tem pautado diversas questões com o intuito de incentivar a participação docente na luta por melhores condições de trabalho e por uma universidade democrática, autônoma, pública e transparente.

Além de ampliar a equipe de comunicação, a Adufes criou um jornal mensal, o Fique por dentro!, que pretende dinamizar o acesso à informação para os associados. O Caderno de Notícias, jornal trimestral, passou a ter um cunho de aprofundamento do debate sobre determinados temas. O twitter e o boletim eletrônico semanal são os canais de informação pela internet; já o site, passa por um processo de reformulação.

Fazem parte dos objetivos estratégicos da comunicação da Adufes, tendo em vista sua base: possibilitar a formação da opinião da base do sindicato, numa perspectiva de constru-

ção de uma sociedade mais justa, de maneira a incentivar que os docentes utilizem seus conhecimentos para a transformação social; contribuir na reconstrução e no fortalecimento da identidade da classe trabalhadora dos docentes; apontar as contradições do sistema capitalista, sobretudo no que se refere à educação superior no país; contribuir para a construção da perspectiva de que é por meio das reivindicações da categoria e pela organização sindical que serão alcançadas as mudanças necessárias na carreira docente, na universidade e na sociedade; resgatar e preservar a memória do movimento docente.

Com a sociedade, a comunicação da Adufes pretende contribuir na divulgação das atividades de outros segmentos da comunidade universitária, como estudantes e técnico-administrativos e outras entidades e movimentos que tenham acordo com a perspectiva defendida pela entidade; valorizar a opinião docente sobre assuntos específicos, fortalecendo o debate dos movimentos sociais.

Além disso, a Adufes busca trazer de volta ao campo da luta todos os trabalhadores docentes, principalmente os novos, recém contratados, mobilizando-os para o enfrentamento dos ataques que a classe vem sofrendo. São os novos docentes que mais sofrerão com a precarização, já que entram na universidade assoberbados de trabalho, controlados pelo sistema de forma sofisticada pelo produtivismo da CAPES e CNPq, carga horária aumentada, ponto eletrônico e com direitos cortados, entre eles, anuênio, aposentadoria diferenciada, tempo de serviço aumentado e salário reduzido.

**Ricardo Behr é Secretário Geral da Adufes e 2º vice-presidente da Regional Leste do Andes*



Fique por Dentro! é o jornal mensal da Adufes e traz notícias periódicas do que acontece no movimento docente e também na universidade. O Caderno de Notícias é o trimestral e aborda temas para debate, por meio de entrevistas, artigos e reportagens.



Materiais gráficos da Adufes foram reformulados, valorizando a comunicação visual.



Boletim eletrônico e twitter são os instrumentos de comunicação via internet que agilizam o contato com os docentes.